ENSINO DE HISTÓRIA, CONJUNTURA POLÍTICA BRASILEIRA E DEMOCRACIA: REFLEXÕES A PARTIR DA ANTIGUIDADE

Priscilla Gontijo Leite¹

RESUMO

A conjuntura política brasileira atual com a formação de alianças para desgastar o governo da presidente Dilma evidencia a fragilidade da democracia brasileira e de suas instituições. Nesse cenário, a questão da cidadania e de sua formação nas escolas também vem à tona. Este ponto nos remete diretamente ao ensino de História e a polêmica da BNCC (Base Nacional Curricular Comum) ainda em formulação. O objetivo principal do texto é demonstrar como o estudo da Antiguidade, tendo como referência as leituras a respeito da democracia ateniense, oferece importantes subsídios para entender a realidade política atual, auxiliando o sujeito a posicionar-se criticamente diante dela. Com isso, iremos demonstrar a importância dos conteúdos de História Antiga na educação básica, rejeitando a primeira proposta da BNCC que retira os conteúdos de Antiga e Medieval da formação comum.

Palavras-Chave: Democracia, Ensino de História, Antiguidade, Grécia, Base Nacional Curricular Comum.

O ano de 2016, e escrevo o texto ainda no primeiro semestre, está levantando diversas polêmicas que exige um posicionamento enfático, direto e aguerrido do historiador, suscitado pelas polêmicas a respeito de sua própria atuação na sociedade e as apropriações que são feitas da História nas esferas política e social e, principalmente, como (ou qual) a História é estudada no ambiente escolar. Não nego que tal postura é necessária em outros momentos, e deve ser uma constante na atuação do historiador, mas a urgência que temos que adotá-la na atual conjuntura, torna tudo singular. Dois fatos estão gerando intensos debates entre os historiadores, seja dialogando entre os pares, seja dialogando com os demais membros da sociedade. Nenhum desses fatos emergiram nesse ano especificamente, mas são resultados de processos gestados anteriormente e que os reflexos se fazem sentir agora. O primeiro fato se refere as reformulações na área de História proposta pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC). Já, o segundo, é a articulação em torno do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Esses fatos se relacionam para além do claro envolvimento de ambos com a esfera política, pois são reveladores da adoção de um modelo e de uma prática do fazer História, bem como da maneira como ocorre a percepção da História no tecido social. Com isso, nós, historiadores, somos, mais uma vez, convidados a refletir sobre nosso ofício, a função social da História, e de sua importância para a construção de uma sociedade mais justa e que assegure a participação ativa do cidadão.

Em abril de 2016, tramitou na Câmara dos Deputados o processo de impeachment da presidenta Dilma. Nesse processo, duas referências a Antiguidade foram realizadas, como argumento retórico para embalsar o voto favorável a continuidade do referido processo. A primeira foi feita pelo deputado Weliton Prado do PMB-MG, no dia 11/04, na Comissão Especial para dar o parecer sobre o crime de responsabilidade fiscal, que se baseia o pedido de impeachment. Ele inicia seu discurso com as seguintes palavras:

---

¹ Professora Adjunta de Pré-História e História Antiga da UFPB. Contato: priscillagontijo.ufpb@gmail.com

Em frase atribuída a *Ésquilo*, dramaturgo grego nascido no ano 525 antes de Cristo, “Na guerra, a primeira vítima é a verdade”.

Pois é o que se tem no momento presente vivido no Brasil: população se divide e se combate, lançando mão dos artifícios mais condenáveis, porque uns entendem haver razão para os denunciadores que acusam a Presidente da República de cometer crime de responsabilidade e outros veem tentativa de golpear a democracia representativa com tal denúncia.² (*grifos nossos*)

Apesar de escrito na forma correta na transcrição, o deputado, durante o discurso, cometeu um deslize de pronúncia, chamando o trágico de “Esquilo”, confundido o nome do poeta com o do roedor. Isso pareceu não afetar sua performance retórica, que continuou numa tentativa de manter a eloquência. O que é evidente, com a atuação do Parlamentar, é um total desconhecimento do assunto no que se refere às tragédias de *Ésquilo* e seu uso não passa de uma demonstração de uma pretensa erudição, além de buscar nos antigos o argumento da autoridade para justificar suas ações.

Nesse mesmo sentido, Platão foi utilizado para justificar o voto da deputada Conceição Sampaio do PP-AM na sessão da Câmara dos Deputados do dia 17/04 que votou para o encaminhamento do processo de impeachment para o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputada Conceição Sampaio, do PP.

A SRA. CONCEIÇÃO SAMPAIO (Bloco/PP-AM.) - Sr. Presidente, gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a Deus por este momento e pedir-lhe misericórdia para nossa Nação.

Não acho que, no final desta noite, teremos vencidos nem vencedores, mas quero lembrar aqui uma frase de Platão: *O juiz não é nomeado para fazer favores com a justiça, mas para julgar segundo as leis.* Pelo Amazonas, pelo Brasil, o meu voto é sim. (*Palmas.*)

O SR. BETO MANSUR - Deputada Conceição Sampaio, do PP do Amazonas: voto sim. Total: 92 votos.³

Em ambos os casos, a utilização retórica da autoridade dos antigos é colocada sem nenhuma preocupação em referenciar o que foi dito. Reconheço que na oralidade os critérios para citação não são tão rígidos como na escrita, mas a ausência da citação de pelo menos das obras, vejo como sintomático. É um indício de como a Antiguidade é percebida por parte da sociedade brasileira e qual uso espera-se dela. O que se nota é uma Antiguidade estática, legitimadora de uma erudição, da qual a elite dominante deve possuir. A verdade é que desde a intensificação da exposição midiática da Operação Lava Jato e seus desdobramentos no cenário político, a erudição da elite brasileira se mostra pretensiosa e frágil, como indica a troca de Engels por Hegel pelos promotores no pedido de prisão de Lula, que gerou uma série de pilhérias na internet.

Pois bem, a erudição se relaciona ao processo de ensino e a possibilidade de acesso a um determinado capital cultural. Dessa forma, também podemos questionar se nossa educação está frágil e quais os mecanismos para possibilitar a construção de educação que seja libertária e formadora da cidadania. Estes também são pontos presentes na proposta da BNCC⁴, que não levanta discordâncias entre os profissionais

² Disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1449741.pdf>. Acesso em 21/04/2016.

³ Discursos e Notas Taquigráficas. Disponível em <http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=091.2.55.O&nuQuarto=141&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=18:40&sgFaseSessao=OD%20%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=17/04/2016&txApelido=RUBENS%20BUENO&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>. Acesso em 21/04/2016.

⁴ A BNCC vem cumprir o que está determinado no PNE de 2014, que previa o prazo de 2 anos para o MEC enviar uma proposta de um currículo nacional. Em 2015, uma proposta é lançada para consulta

da área. O objetivo final pode ser o mesmo, mas os meios para alcançá-lo divergem, constituindo o principal motivo do embate. O MEC, no site criado para conhecer a proposta da BNCC e também recolher as diversas opiniões sobre ela, coloca a BNCC como

...uma conquista social. Sua construção é crucial para encontrarmos um entendimento nacional em torno do que é importante no processo de desenvolvimento dos estudantes brasileiros da Educação Básica. Entender seu real significado e participar da sua construção é direito e dever de todos.⁵

A leitura desse trecho evoca uma série de termos que são ligados ao vocabulário político da democracia: “conquista social”, “participar”, “direito”, “dever”. Além disso, na apresentação do componente curricular de História, mais uma vez, a democracia aparece. A História é descrita como uma disciplina que favorece a cidadania e possibilita a construção da sociedade democrática brasileira.

O estudo da História contribui para os processos formativos de crianças, jovens e adultos inseridos na Educação Básica, considerando suas vivências e os diversos significados do viver em sociedade. Desse modo, favorece o exercício da cidadania, na medida em que estimula e promove o respeito às singularidades e às pluralidades étnico-raciais e culturais, à liberdade de pensamento e ação e às diferenças de credo e ideologia, como requer, constitucionalmente, *a construção da sociedade democrática brasileira*. (BNCC, 2015, 241, *grifos nossos*)

Como se percebe, a democracia é evocada inúmeras vezes na proposta da BNCC servindo de justificativa para a mudança no ensino brasileiro. Mas, assim como nos discursos dos deputados, corre o sério risco de se perder essa herança da Antiguidade e ela se tornar apenas um argumento retórico vazio, e não uma ação efetiva. Afirmo isso diante da ausência de qualquer menção da Antiguidade na proposta de História da BNCC, que, de todo o conjunto de disciplinas, foi considerada a mais problemática. Ela levantou inúmeros questionamentos de professores que atuam em todos os níveis de escolaridade, bem como de pesquisadores, instituições e associações.

A proposta desconsidera os projetos de pesquisa desenvolvidos no país e nos programas de iniciação à docência. Ela se diz contrária à perspectiva eurocentrista, mas na prática enfatiza a história do Brasil a partir da chegada dos europeus no século XVI, utilizando, por exemplo, o termo “Conquista” (sem nenhuma problematização). Com relação a formação da cidadania, há o risco de se confundir com uma educação cívica, pois estabelece um conhecimento baseado nos símbolos nacionais e não na discussão dos deveres e direitos do cidadão e de seu posicionamento crítico no mundo. Um dos pontos mais polêmicos, foi a ausência de menção aos conteúdos de História Antiga e Medieval. De acordo o manifesto realizado pela ANPUH-Nacional

A ausência de referências à História Antiga e à História Medieval foi considerada lacuna inaceitável da Proposta e, não por outra razão, mereceu inúmeras críticas. Não há justificativa plausível para a omissão da História de povos da Antiguidade de diferentes partes do mundo que legaram um

---

popular, pautada na seguinte divisão: 60% ficaria a cargo de um programa nacional e 40% de responsabilidade dos estados e municípios, com o intuito de contemplar a pluralidade regional do Brasil. O prazo de consulta popular encerrou no final de março de 2016 e a previsão que até um final do segundo semestre do mesmo ano uma nova versão seja lançada e validada incorporando as sugestões feitas na primeira consulta.

⁵Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/conhecaTextosIntrodutorios>. Acesso em 21/04/2016.

patrimônio material e imaterial reverenciado até os dias atuais. O mesmo deve ser dito em relação à História Medieval, tão imprescindível para se compreender modos de vida, ideias e valores que lhe são próprios e para refletir sobre processos de mudanças que ocorreram entre a Antiguidade e a Modernidade. Ao acompanhar e analisar o significado dessas transformações históricas, muitos aspectos, inclusive, poderiam ser explorados para a fundamentação da crítica ao eurocentrismo.⁶

Essas ausências são graves e extremamente prejudiciais ao aluno por privá-lo do conhecimento de uma parte significativa da História Ocidental, cujos reflexos se faz presente até os dias atuais, já que também somos herdeiros de uma tradição europeia. A valorização da cultura ameríndia e africana não se pode dar por meio do silêncio da presença europeia. A questão não é trazer uma valorização evolutiva, dos “primitivos” aos mais “civilizados”, mas colocar essas três culturas em diálogo, demonstrando as aproximações e embates entre elas. Esse aspecto a proposta não conseguiu elaborar de modo eficaz, como demonstra a presença de termos que já foram problematizados e superados pela historiografia, como, por exemplo, “Conquista” da América.

Essa ausência também revela outra fragilidade da proposta: sua desconexão com a produção acadêmica nas suas diversas áreas do conhecimento, como já foi apontado brevemente linhas acima. Dessa maneira, a proposta não considera o investimento estatal nos últimos anos para fomentar as pesquisas brasileiras nesse campo do saber, abrindo vagas para essas especialidades nas universidades públicas, fomentando a pesquisa, a realização de eventos e a circulação de material. Em quase todos os estados do Brasil, há grupos de pesquisas que atuam na produção e divulgação do conhecimento a respeito da Antiguidade, mantendo um intenso diálogo com a comunidade científica internacional.

Após reflexões sobre a maneira como a Antiguidade é tratada, uma das constatações é de que a proposta foi feita não a partir das pesquisas recentes no âmbito universitário, mas sim dos livros didáticos do ensino dos níveis fundamentais e médio. Provavelmente, essa não era a intenção dos formuladores da proposta e não sei precisar até que ponto esse aspecto foi objeto de ponderação da parte deles.

Os livros didáticos se constituem no recurso didático mais utilizado pelos professores no país e muitas vezes é o único instrumento acessível que o profissional possui para se manter atualizado. Ora, há mais de uma década⁷ especialistas da Antiguidade demonstram os diversos problemas dessa área do saber nos livros didáticos (Corsí, 2010, 145; Silva; Gonçalves, 2015, 4). O livro didático, ainda hoje, mantém o mesmo tratamento com relação a Antiguidade de meados do século passado. A Antiguidade parece como exótica e distante nos livros didáticos e muitas vezes e essa a postura adotada pelo professor na sala de aula. O único ponto positivo dessa perspectiva é de aguçar a curiosidade dos alunos, podendo estimular o envolvimento deles no processo de aprendizagem. Contudo, há o grave risco de que o conhecimento a respeito da Antiguidade seja reduzido a uma mera curiosidade, deslocado do mundo real. Infelizmente, o que se nota nos cursos de História Antiga nas universidades é que o aluno chega com a percepção de que Antiguidade está relacionada com a fantasia. Assim, o protagonismo dos eventos fica a cargo de grandes heróis e deuses em

---

⁶ Disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/3352-manifestacao-publica-da-anpuh-sobre-a-base-nacional-comum-curricular>. Acesso em 21/04/2016.

⁷ O número especial da revista *Hélade* do ano de 2001 traz uma série de artigos a respeito da discussão entre o ensino de História Antiga e o livro didático. Disponível em <http://www.helade.uff.br/volume2/numerospecial.html>

detrimento dos acontecimentos e personagens históricos. Os discentes trazem essas referências para a sala de aula na universidade sem saber como problematizá-las, e assim, a História Antiga fica estanque, um conteúdo fechado em si mesmo e sem nenhuma relação com a contemporaneidade. Formando os alunos universitários com essa percepção, há grande possibilidade de ela se perpetuar nas aulas do ensino fundamental e médio, quando eles se tornarem professores.

Assim, para reverter esse quadro, deve-se atuar em duas frentes: fortalecer os cursos de História Antiga nas licenciaturas de História, demonstrando para o aluno maneiras frutíferas de dialogarem com a Antiguidade e a Contemporaneidade. Além disso, o curso de História Antiga deve ter a preocupação com o ensino de Antiguidade para os níveis fundamental e médio, estimulando os alunos para essas reflexões e práticas. A atuação nessa frente já está em andamento, como exemplifica a ampliação de especialistas atuando nas universidades, bem como o andamento de vários projetos preocupados com o ensino da Antiguidade. Para citar apenas alguns, temos a coleção didática do PET realizada pela UFPR⁸ que trata de Pompeia, o projeto Aprendendo com Clio – Educação Patrimonial e Cultural Material da Antiguidade conduzido pela UFRJ⁹, e o projeto PROLICEN sobre estudo do vocabulário político da Antiguidade realizado na UFPB.

Na segunda frente, a tarefa se mostra mais árdua, pois ela diz respeito a reformulação dos livros didáticos no tratamento dado a Antiguidade. Os livros didáticos ainda tratam a História apenas como uma linha contínua do conhecimento, em que causas e consequências são encadeados de maneira linear. Com isso, toda a abordagem da História Antiga é condensada no início do ensino da História, ou seja, nas séries iniciais do ciclo médio e/ou fundamental, sem fazer quaisquer ligações com os períodos posteriores. Assim, a História Antiga é normalmente tratada em dois capítulos: Antiguidade Oriental e Antiguidade Ocidental, dando maior ênfase a segunda do que a primeira. Isso cria a ideia de que a Antiguidade é uma sequência entre os povos egípcios, mesopotâmicos, gregos e romanos, em que cada povo foi “progredindo” e “superando” o outro, até que gregos e, principalmente, os romanos nos legaram a base da civilização. Pois bem, os livros são categóricos em afirmar que somos herdeiros da tradição clássica, contudo a demonstração dessa herança fica restrita a algumas linhas, não se fazendo qualquer menção posterior de como a Antiguidade foi apropriada e reapropriada ao longo da história do Ocidente. Assim, o problema está na construção de uma linearidade estática, que dificilmente abre espaço para trabalhar conceitos como memória e tradição que também são essenciais para o ofício do historiador.

Além do problema da linearidade, os livros didáticos também abordam o conteúdo de História Antiga com simplificações, generalizações, erros graves, anacronismos, juízo de valores e, normalmente, estão desatualizados, utilizando uma linha de raciocínio da primeira metade do século passado (Silva; Gonçalves, 2015, 9). Assim, o conteúdo exposto no livro leva a construção de estereótipos e a manutenção de preconceitos.

De uma maneira geral, se a Antiguidade é apresentada dessa forma para nossos alunos do ensino fundamental e médio, qual é o sentido de ela permanecer na educação básica? Por sermos herdeiro dessa tradição? Uma herança que é apresentada de forma vazia e sem articulação com o real, estando mais próxima da esfera do mito do que do cotidiano? Nessa óptica, entende-se sua ausência na proposta da BNCC. O erro principal da proposta é que ao invés de sugerir uma reformulação no tratamento dado a Antiguidade que vá além da defesa da herança da tradição clássica, por erroneamente

⁸ <https://pethistoriaufpr.wordpress.com/>

⁹ <http://aprendendocomclio.wix.com/lhia>

acreditar que isso seria próximo a defesa do eurocentrismo, (que a proposta tanto repudia), ela simplesmente tolhe o aluno do contato com esse conhecimento. Sem o contato com esse conhecimento, a Antiguidade irá permanecer no campo da fantasia e da erudição, ou que é ainda pior, no campo da pretensa erudição, sem que as pessoas entendam efetivamente seu uso, como aconteceu nas falas dos deputados acima expostas.

A defesa da permanência da Antiguidade na educação básica tem que ir além do argumento da “herança da tradição clássica”. Ela deve se pautar na demonstração dos benefícios desse conhecimento para a vida do aluno. Silva e Golçaves (2015, 7) destacaram bem o papel da História Antiga no ensino da pluralidade cultural, defendendo que essa é a disciplina que permite o aluno o encontro radical com o diferente e a alteridade, além de permitir o diálogo com outras disciplinas, em particular, a Antropologia e a Arqueologia. A História Antiga também possibilita que o aluno tenha consciência de seu passado e traga reflexões sobre o seu presente, alcançando um dos principais objetivos da História: fazer com que o sujeito tenha consciência do seu lugar no mundo.

A História Antiga também se faz necessária diante do cenário político atual brasileiro. A conjuntura política conduziu a uma polarização em que ambas as partes articulam discursos que se mostram muitas vezes desprovidos de uma base conceitual mínima a respeito de termos políticos. Tal fato é preocupante, pois demonstra uma falha na formação da cidadania, já que, se o sujeito não sabe o que é uma república como ele poderá propor mudanças a esse sistema? Uma forma de preencher essa lacuna é por meio da educação. Nesse sentido, o ensino da Antiguidade, em particular, pode auxiliar na formação da cidadania ao possibilitar que o sujeito reflita sobre a política a partir do entendimento da formação histórica de alguns conceitos considerados essenciais para a vida política atual.

Partindo da reflexão do vocabulário político, pode-se traçar um diálogo entre a Antiguidade e os dias atuais. Para tanto, utilizaremos como exemplo o conceito de *democracia*. A democracia é o regime político que mais se expandiu nos últimos dez anos, com um aumento de 18%. Atualmente, calcula-se que 45% dos países do mundo vivem em uma democracia.¹⁰ Boa parte das pessoas sabe que a democracia surgiu na Grécia, e em todos os livros didáticos tal aspecto é colocado como o principal legado grego. Contudo, as pessoas desconhecem as multiplicidades dos regimes políticos de cada *pólis*. Também desconhecem que na própria Antiguidade, ferrenhas críticas foram produzidas contra a democracia. Inclusive, Platão, citado na votação do impeachment, não era simpatizante desse tipo de governo.

A democracia mais bem documentada é de Atenas; e esse termo aparece lá de maneira impressa no segundo quartel do século V a.C. A palavra democracia é formada por dois elementos: *dêmos* (povo) e *kratos* (força, soberania).¹¹ Por isso, em uma das definições de democracia, Xenofonte ressalta a importância de se saber quem é o *dêmos*:

- Achas que é possível saber o que é democracia, sem saber o que é o *dêmos*?
- Por Zeus que não!
- E sabes o que é o *dêmos*?
- Claro que sei.

---

¹⁰ Mitchell, 2015, 1.

¹¹ A formação da palavra democracia difere de outras palavras relativas a política que já estavam consolidadas no vocabulário grego, como monarquia e oligarquia, que são compostos por *monos* (um) / *oligos* (poucos) e *arché* (poder). Assim, as nuances dessa diferença entre *kratos* e *arché* indicam uma propriedade na forma como antigos entendiam esses regimes políticos.

-Então que julgas que é o *dêmos*?

-Cá por mim, são os pobres, dentre os cidadãos. (Xenofonte, *Memoráveis*, IV, 2.37)

A palavra *dêmos* possui inúmeras conotações na Antiguidade. Ela poderia indicar o povo como um todo, as pessoas comuns, as classes mais baixas e o corpo de cidadãos para ser mais específico. Jogando com essa ambiguidade, Aristóteles na obra *Política* (III, 1279b 34-80) faz a caracterização da democracia a partir do regime que se tornou sua antítese por excelência, a oligarquia. Segundo o filósofo, o que diferencia os dois regimes é a questão da riqueza e da pobreza. Se os homens que ocupam os cargos de poder forem ricos, sejam eles muitos ou poucos, teremos uma oligarquia. Já na democracia, os pobres são os governantes. Para o referido filósofo o maior perigo inerente de democracia é que o governo se deteriorasse obedecendo apenas os interesses dos pobres.

Pseudo-Xenofonte também destaca a oposição entre ricos e pobres na democracia. Para ele, o povo não estaria apto a governar por lhe faltar tanto a educação necessária para a tomada correta das decisões quanto a qualidade moral, por estarem sempre interessados no próprio interesse:

Em qualquer parte do mundo, a classe alta opõe-se à democracia. Nas camadas superiores há pouca desordem e injustiça e existe a preocupação com a preservação da boa moral, enquanto que entre o povo reina a ignorância, a desordem e a perversidade; a pobreza faz com que se cometa atos censuráveis, sendo a falta de educação e a ignorância de alguns o resultado da falta de dinheiro. (Pseudo-Xenofonte, *A constituição dos Atenenses*, 1.5)

Ora, se olharmos atentamente o opúsculo, que pertence ao *corpus* de Xenofonte, nota-se que algumas acusações contra o povo são semelhantes às que circulam no cenário político brasileiro. Nas últimas eleições, várias reportagens divulgaram a manifestação de pessoas contrárias ao resultado das urnas e as repercussões de suas falas. Uma parte se expressou sua opinião nas redes sociais afirmando que “o pobre não sabe votar” ou então que “o pobre está interessado em continuar recebendo esmolas do governo” (em referência aos programas sociais). Para a realidade brasileira, o pobre é personificado na imagem do negro e do nordestino e a eles se voltam comentários repletos de preconceito.¹²

Apesar de toda a crítica feita a democracia e especialmente a incapacidade do *dêmos* de governar, esse regime político conseguiu se manter estável por praticamente dois séculos – séculos V e IV a.C. Um feito notável se comparamos a realidade grega, em que as *pólis* estavam em constante crise (*stasis*) e por isso mudavam de regime político. Esse feito também continua notável se compararmos com a história política brasileira no século XX, em que momentos de liberdade democrática se alternou com práticas ditatoriais. Trazer esse tipo de reflexão para o aluno, além de aproximar essas duas temporalidades tão distantes, também permite uma reflexão crítica sobre o mundo político que está inserido. Assim, devemos indagar, se a democracia era tão criticada em Atenas, o que a fez sobreviver e assegurar a participação política de uma grande camada da população, que aos olhos da elite era inapta?

¹² A reportagem de 06/10/2014 traz diversos comentários que circularam nas redes oficiais durante a apuração da eleições e da confirmação da vitória da presidenta Dilma. Um dos comentários afirma: “Nordestinos burro! Se vendem pelo bolsa família”. Disponível em <http://extra.globo.com/noticias/brasil/eleicoes-2014/nordestinos-sao-alvo-de-racismo-nas-redes-sociais-apos-vitoria-de-dilma-na-regiao-14157447.html>. Acesso em 22/04/2016.

A resposta a essa questão está nos valores fundantes da democracia que moldavam profundamente as práticas e o espírito do homem ateniense.¹³ A democracia estava baseada em três princípios norteadores: i) a *isonomia* - a igualdade perante as leis, igualdade ao acesso à justiça e a certeza que não receberia um tratamento diferenciado por ser pobre ou rico; ii) a *isegoria* - igualdade de falar, a possibilidade de tomar a palavra em qualquer instituição democrática; iii) a *isocracia* - igualdade no poder, i.e., a possibilidade de ocupar qualquer cargo dentro da democracia independente de seu grau de instrução ou nível social.

Para um ateniense, a liberdade estava em relação direta com a disposição das leis e na crença de que ela predominaria. Também estava pautada na possibilidade de participar dos processos deliberativos. Assim, liberdade não significava a posse de direitos inalienáveis, como entendemos hoje. Ao pensarmos a democracia ateniense, devemos ter em mente mais a perspectiva da igualdade do que da liberdade, lembrando que essa igualdade está relacionada com a possibilidade de acesso aos instrumentos políticos. Por isso, Vlatos afirmou que os atenienses perseguiram como principal meta “a igualdade política para o predomínio da lei”. Isso fez, como ele bem notou, que, durante os séculos V e IV a.C., os pobres reivindicassem mais o direito de participação política do que a reforma agrária, que era comum em outras cidades gregas e motivo de *stasis*.

Também merece ser destacado no ensino da democracia ateniense o processo de tomada de decisões e a cidadania com suas inclusões e exclusões. Sobre primeiro ponto, uma sugestão é que o aluno aprenda que as decisões eram tomadas nos espaços abertos através do voto majoritário por maioria simples. A prática do voto majoritário e não por unanimidade, segundo Dabdab Trabulsi (2006) requer um grande esforço de interiorização e de crença no sistema, já que é baseado na ideia de que uma parte vale para o todo. Mesmo que essa parte seja a maior, ela nunca corresponderá toda a cidade. Por isso, para o voto majoritário ter validade, é necessário um altíssimo grau de adesão dos membros da sociedade, pois requer que a parte derrotada respeite e faça o que foi decidido. Bem, esse esforço de interiorização se mostra totalmente ausente no atual momento político brasileiro, em que a crítica a um governo democraticamente eleito se resume a ação de impeachment do representante do executivo e que um dos argumentos utilizados é “Eu votei no outro candidato”. Assim, aprender sobre o voto majoritário é valorizar as regras do jogo democrático e respeitar seus pressupostos basilares.

Sobre o segundo ponto, a exclusão da cidadania, o assunto, nos livros didáticos, é tratado de uma forma rasteira e muitas vezes imbuído de juízos de valores. É somente colocado que a cidadania pertencia aos homens com mais de 18 anos, estando excluído da esfera política crianças, mulheres, estrangeiros e escravos. Acredita-se ser mais útil e produtivo para os alunos pensar a cidadania em termos de exclusão e inclusão com os olhos voltados para nossa realidade e não de maneira estática no passado, bem como a valorização da participação em outros meios não oficiais na cidade. Assim, é válido ressaltar que mesmo estando excluída dos mecanismos oficiais de participação, a mulher encontrava o seu espaço de atuação em outros ambientes da cidade. Além disso, diminuir a democracia ateniense pela ausência da participação feminina é diminuir a importância da luta das mulheres, pois a possibilidade legal de participação política é algo muito recente na História que só foi conquistado depois de embates e da tentativa de vencer a ideia da incapacidade do gênero, que tristemente persiste até os dias atuais.

---

¹³ Inegável também que parte do sucesso da democracia ateniense se deva a possibilidade de garantir ao cidadão melhores condições de vida. Para Ober (2015), esse regime político conseguiu aliar a liberdade com a melhoria da vida material do cidadão. Isso foi feito graças ao Império marítimo-militar ateniense. Não exploraremos esse ponto, por acreditar que ele irá extrapolar o escopo do presente texto, merecendo uma investigação mais aprofundada.

Assim, se voltarmos o olhar para o cenário político atual brasileiro, ficaremos mais tristes e indignados. No Brasil, as mulheres, apesar de serem a maioria do eleitorado, tem uma representação mínima no legislativo e no judiciário, amplamente comandado por homens. Além disso, a representante máxima do executivo, a Presidenta Dilma Rousseff, ao ser criticada por sua forma de governo normalmente recebe xingamentos de conotação sexual.

Outro segmento excluído das decisões políticas é o escravo. O tema da escravidão na Grécia Antiga faz parte de uma das mais acaloradas discussões da historiografia. Os trabalhos recentes demonstram que nem todos os atenienses possuíam escravos e que a qualidade de vida do escravo variava muito em decorrência da sua ocupação. Há uma clara distinção entre a vida de um escravo que trabalhava nas minas do Laúrio e os escravos públicos. Por isso, Pseudo- Xenofonte afirma que nas ruas de Atenas é impossível distinguir um escravo de um homem livre:

Quanto aos escravos e aos metecos, tamanha é a impunidade em Atenas que lá não é permitido castigá-los fisicamente e o escravo não te dá passagem. Vou explicar por que existe este costume local: se fosse legítimo o homem livre bater no escravo, no meteco ou no liberto, corria-se o risco permanente de surrar um Ateniense, acreditando tratar-se de um escravo; é que lá o povo não se veste melhor do que os escravos e metecos e sua aparência também em nada é melhor. (Pseudo-Xenofonte, *A constituição dos Atenienses*, 1.10)

Ao abordar a escravidão, o aluno deve estar ciente do papel dos escravos públicos para o funcionamento da democracia ateniense. De acordo com Finley (1988) foram os escravos públicos, que secretariavam as reuniões das instituições democráticas, garantiam a ininterruptão e a governança do regime, diante de um quadro em que a totalidade dos elementos exerciam seus cargos por um curto período de tempo. A rotatividade constante dos cidadãos nos cargos públicos só foi possível, porque eles tinham os escravos públicos para recorrer. Assim, mais do que possibilitar o tempo livre para o cidadão, os escravos permitiam o funcionamento da máquina burocrática da democracia.

A exclusão do estrangeiro, negando a ele qualquer possibilidade de acesso a cidadania, também foi alvo de condenação da democracia ateniense aos olhares modernos. Esses críticos se esquecem que na maioria das democracias modernas também é negado o direito de participação ao estrangeiro, que só pode inserir na vida política depois de um longo processo de obtenção de cidadania. Um dos equívocos mais comum de quem condena a não inserção do estrangeiro na democracia grega é considerar o grupo de estrangeiros de forma homogênea, como se todos desejassem a cidadania e tivessem planos de permanecer muito tempo em Atenas.

A questão dos estrangeiros, dos escravos e de sua respectiva participação política, remete ao assunto do estrangeiro no mundo contemporâneo, ao trânsito de pessoas e à delimitação de fronteiras em um mundo globalizado. Da mesma forma que hoje temos o maior número de democracia espalhadas pelo mundo, também, tristemente, vivemos com o maior número de escravos espalhados em vários setores da economia. O escândalo noticiado de grandes lojas de roupas que utilizam da mão de obra no setor têxtil é chocante. Também é chocante a travessia diária de inúmeros imigrantes que, pelas águas do Mediterrâneo, tentam uma vida melhor na Europa. A eles, nós também, contemporâneos, negamos a voz da participação política. Afinal é muito incomodo ver que apesar dos inúmeros avanços sociais tratamos nossos semelhantes como desiguais e que as democracias ainda podem conviver pacificamente com essas monstruosidades. Tudo isso nos remete a um questionamento estarecedor:

afinal, nossas democracias precisam do trabalho escravo para sobreviver economicamente?

Assim, a partir de alguns assuntos que permeiam a temática da democracia ateniense, esperou demonstrar como é frutífero o diálogo entre a Antiguidade e a Contemporaneidade e como ela pode servir no processo de formação do aluno, sendo essencial para o fortalecimento da cidadania. A democracia antiga, assim como a moderna, é caracterizada pela decisão pela maioria após o debate das ideias e pela igualdade perante as leis.

A história da democracia ateniense nos ensina que a tranquilidade política e consenso não são garantias para um sistema político de sucesso. Esse sucesso reside na intensa participação popular nas instituições democráticas. Reunião, persuasão, deliberação e ação eram palavras chaves no processo político ateniense. A reunião nas assembleias reforçava os laços de solidariedades e o sentimento de estar junto, dando forças nos momentos decisivos que a cidade atravessava. Era um sentimento de “estar” junto e ao mesmo tempo de “ser” junto, que pouco sistemas políticos conseguiram reproduzir. Além disso, havia a crença de que todos os cidadãos tinham as qualidades necessárias para ocupar qualquer cargo político.

Acreditar na democracia é confiar no poder de palavra e que a decisão tomada, mesmo estando em desacordo, deverá ser respeitada por ser o melhor para a coletividade. A democracia ateniense nos ensina o poder de um povo reunido ao utilizar a palavra para agir e a capacidade de intervenção do coletivo.

Assim, concluímos que o estudo da Antiguidade está alinhado com a proposta maior da BNCC de promover um ensino que promova a construção da cidadania e o reconhecimento da pluralidade cultural. Para tanto, o ensino da Antiguidade não pode mais ser apresentado de forma estereotipada como aparece nos livros didáticos. A democracia não pode ser pensada como sendo a ausência do conflito e nem o estudo da democracia ateniense pode ser algo estático baseado apenas no ensino das origens da herança clássica.

Demonstrar o processo de construção da democracia ateniense e o embate das ideias em torno dela, principalmente de suas críticas é possibilitar ao aluno sua inserção no fazer político. Assim, ao olharmos para o passado devemos sempre manter nosso olhar crítico aos aspectos políticos da sociedade contemporânea.

A conjuntura atual, em que é clara a disputa pelo poder, demonstra a importância do papel do historiador na sociedade. O historiador deve, com responsabilidade, ocupar seu lugar social, principalmente no debate político. Já no ensino, o historiador deve continuar sua luta demonstrando a importância da disciplina de História para o sujeito, uma vez que ela constrói a racionalidade histórica, permitindo-o a ter consciência do seu passado e presente.

Dessa forma, o conteúdo da Antiguidade tem um papel fundamental, pois demonstra para o aluno que no passado existiu culturas que são totalmente diferentes das de hoje, auxiliando no processo de aprendizagem da pluralidade. Além disso, possibilita mecanismos para sua atuação na esfera política, o entendimento do passado e do presente. Todos constituem elementos essenciais para o exercício da cidadania baseada na tolerância com a diferença, a liberdade, a participação ativa e o respeito.

BIBLIOGRAFIA

Antigos

ARISTÓTELES. **Constituição dos Atenienses**. Introdução, tradução do original e nota de Delfim Ferreira Leão. 3ª ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2011.

PSEUDO-XENOFONTE. **A constituição dos Atenienses**. Tradução do grego, Introdução, notas e índices de Pedro Ribeiro Martins. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

Modernos

CHEVITARESE, André L.; CORNELLI, Gabriele; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira (orgs.). **A tradição clássica e o Brasil**. Brasília: Archai-UNB/Fortium, 2008.

SILVA, Semíramis Corsi. Aspectos do Ensino de História Antiga no Brasil: algumas reflexões. **Alétheia: Revista de estudos sobre Antigüidade e Medieval**, Vol. 1, Janeiro a Julho 2010. p. 145-155.

SILVA, Lisiana Lawson Terra da; GONÇALVES, Jussemar Weiss. O ensino de História Antiga: algumas reflexões. **Anais eletrônicos do XXVIII Simpósio Nacional de História**. 2015.

FINLEY, M. I. **Democracia: antiga e moderna**. Tradução de Waldéa Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DABDAB TRABULSI, José Antônio. **Participation directe et démocratie grecque – Une histoire exemplaire?** Besançon: Presses universitaires de Franche- Comté, 2006.

CANFORA, Luciano. **O mundo de Atenas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ARNASON, J. P., RAAFLAUB, K. A., WAGNER, P. (eds). **The Greek polis and the invention of democracy: a political-cultural transformation and its interpretation**. Oxford, Wiley- Blackweel, 2013.

OBER, Josiah. **The rise and fall of classical Greece**. New Jersey, Princeton University Press, 2015.

BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum**. Brasília, 2015.

Manifestação Pública da ANPUH sobre a Base Nacional Comum. Disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/3352-manifestacao-publica-da-anpuh-sobre-a-base-nacional-comum-curricular>. Acesso em 21/04/2016.